

TURISMO, PATRIMÔNIO E NATUREZA NO ESPAÇO RURAL: O CASO DO DISTRITO DE LAVRAS NOVAS - OURO PRETO (MG)

Autor (01): Erick Alan Moreira Ferreira.

Filiação institucional: UERJ; IFRJ.

E-mail: erick.ferreira@ifrj.edu.br.

Autor (02): Rafael H. Teixeira-da-Silva.

Filiação institucional: UFMG; UnB.

E-mail: rafahts@hotmail.com.

RESUMO

O distrito rural de Lavras Novas – Ouro Preto (MG) agrega identidades culturais e vivências singulares, que se perpetuam por meio da ruralidade. A localidade também reúne marcos materiais de tempos pretéritos, além da presença abundante dos atrativos da natureza. Assim, a presente pesquisa tem o objetivo de discutir a relação entre turismo e patrimônio em Lavras Novas. Especificamente, busca-se debater sobre a política patrimonial do município de Ouro Preto, elucidando os distritos locais; e discutir sobre as implicações do turismo no espaço rural, evidenciando o caso específico de Lavras Novas. A investigação foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa. Compreende-se que Lavras Novas passa por um processo de mercantilização do espaço, deparando-se como desafio promover um turismo que preze pela inclusão da população local, bem como pela valorização e salvaguarda de seu patrimônio.

Palavras-chave: Turismo, Ruralidade, Lavras Novas (MG).

GT 17 – Urbanização, turismo e lazeres

1. Introdução

Sem a pretensão de estabelecer paternidades históricas, compreende-se o turismo como um fenômeno moderno, fruto da revolução industrial. Porém, cabe situar que foi apenas na segunda metade do século XX que a atividade alcançou proporções maiores, de abrangência global. Segundo Trigo (1993, p. 19), o turismo nasceu e desenvolveu-se com o capitalismo, mas “explodiu como possibilidade de prazer para milhões de pessoas e como fonte de lucros e investimentos” durante o contexto marcado pela transição de hegemonia do capital industrial para o capital financeiro.

A partir da conjuntura elucidada acima, o turismo passou a ser considerado como uma importante atividade dinamizadora da economia. Essa afirmativa é corroborada perante a sua representatividade no Produto Interno Bruto - PIB mundial quando, no ano de 2019 (cenário anterior à pandemia do COVID-19), o turismo chegou a alcançar o patamar de 10,4%. Apesar de reconhecer a importância da dimensão econômica do turismo, principalmente no que se refere a sua contribuição nas economias locais, não se deve negligenciar as dimensões espacial, social, cultural, ambiental e político-territorial, que faz com que a atividade seja compreendida como fenômeno complexo.

Diante da complexidade do turismo se faz indispensável uma análise interdisciplinar sobre o fenômeno “e, por esta razão, não pode negar às ciências que lhe dão suporte o direito de construir métodos e teorias que lhe explicam” (COSTA DA SILVA, 2012, p. 48), como é o caso da ciência geográfica. Sob o prisma dessa disciplina, o turismo é apreendido como uma atividade capaz de influenciar a produção e o consumo do espaço.

O turismo tem como objetivo o espaço e dele faz sua matéria-prima, pois ao mesmo tempo é produto e produtor de espaço, na medida em que se apropria dos lugares impondo-lhes novas dinâmicas, novos usos aos objetos existentes. O turismo é um consumidor de espaço que geralmente desfruta não somente da simples visão contemplativa da paisagem, como também dos elementos constitutivos deste espaço (SILVA, 2009, p. 2).

A globalização influenciou significativamente a massificação da atividade turística, motivando, em muitos casos, no Brasil e no mundo, processos de *turistificação* associados à produção e consumo do espaço, bem como à mercantilização dos lugares - especialmente aqueles resguardados de “patrimônios” culturais e naturais. Assim é o caso do município de Ouro Preto, localizado na região central do estado de Minas Gerais e distante cerca de 90 km da capital Belo Horizonte.

Ouro Preto apresenta uma íntima relação entre atividade turística e patrimônio, situando-se como referência neste segmento no Brasil. O centro histórico da cidade, por abrigar parte importante do patrimônio arquitetônico preservado do período barroco-colonial e por ter obtido maior atenção por parte das políticas patrimoniais, se tornou também *locus* para recebimento de investimentos públicos e privados voltados para a espetacularização e a cenarização do patrimônio e a sua respectiva *refuncionalização turística*.

Todavia, os valores patrimoniais não se restringem apenas a sede do município, uma vez que a localidade é margeada por doze distritos¹ - grande parte deles ainda com características essencialmente rurais - que possuem imenso potencial turístico aliado à herança histórica e cultural em meio aos seus atrativos naturais.

Os distritos rurais de Ouro Preto resguardam um valor patrimonial expresso tanto na materialidade dos bens herdados e preservados do período barroco-colonial quanto nas tradições e costumes perpetuados de geração em geração. Inclui, nessa seara de valores patrimoniais, a paisagem natural. Além de resguardarem um valor patrimonial expressivo, esses distritos ainda expõem uma típica ruralidade enraizada em suas pequenas comunidades.

Teixeira (1998) define ruralidade como as características de tudo que se relaciona à vida rural, em particular as condições materiais e morais da existência dessas populações. Em sequência, Almeida (2011) considera que no mundo rural a cultura está impregnada na identidade, patrimônio, memória e em suas manifestações no campo, expressas pela ruralidade. Essas manifestações encontram-se presentes na hospitalidade, no dialeto, nos hábitos e costumes, nos festejos, na religiosidade, na gastronomia, na vida comunitária, etc.

Portanto o conceito de ruralidade se define tanto no plano sociológico como no geográfico e, é definido originalmente como um espaço habitado por pequenas comunidades humanas, com valores mútuos e história comum que giram ainda em torno da fidelidade e do pertencimento a um meio, a um território e a família. (MEDEIROS, 2017, p. 181).

A ruralidade, enquanto construção social contextualizada se constituiu, historicamente, associada à uma concepção de mundo rural como sinônimo de agrário. Essa perspectiva começou a se alterar a partir de meados da década de 1980 quando, em razão de significativas transformações e reinvenções, houve uma notória revalorização de atividades não agrícolas no espaço rural, incluindo a atividade turística. Também, dentre outras, as atividades relacionadas à aproximação da natureza fazem parte deste processo.

Ruschmann (2001) considera que a revalorização do espaço rural para fins turísticos representa, especialmente para os cidadãos, a renovação das energias mentais e a busca do equilíbrio pessoal, embora não deixe de ser, também, um ato de consumo. As transformações

¹ O município de Ouro Preto é composto por mais dezoito distritos: Amarantina, Antônio Pereira, Cachoeira do Campo, Engenheiro Correia, Glaura, Lavras Novas, Miguel Burnier, Rodrigo Silva, Santa Rita de Ouro Preto, Santo Antônio do Leite, Santo Antônio do Salto e São Bartolomeu, abarcando um total de 1245km² de extensão.

recentes ocorridas no espaço rural também refletiram, em diferentes intensidades, nas dinâmicas socioespaciais e territoriais dos distritos de Ouro Preto, como no caso de Lavras Novas.

O distrito rural de Lavras Novas, distante cerca de 17km do centro histórico de Ouro Preto, encontra-se situado na porção sul do município e possui uma população estimada de mil habitantes. A localidade possui suas raízes na primeira metade do século XVIII, época do apogeu do ouro na região. Segundo Varajão e Diniz (2014, p. 80) “[...] as formas de utilização do território espelham muitas das atividades econômicas existentes, de modo que o uso e ocupação do solo em Lavras Novas foi variado conforme cada período histórico, culminando na prevalência do amálgama de atividades turísticas dos dias atuais”.

Assim, a partir do preâmbulo apresentado, suscitam-se alguns questionamentos como, por exemplo: qual a relevância dos distritos no âmbito da política patrimonial do município de Ouro Preto? Especialmente sobre o distrito rural de Lavras Novas, quais são os seus “patrimônios”? Em qual contexto iniciou-se a *turistificação* do lugar? Qual a relação entre patrimônio cultural e natural com a atividade turística na localidade? Quais são os principais aspectos positivos e negativos do turismo na localidade?

Portanto, a partir das reflexões apontadas acima, este artigo possui como objetivo geral debater sobre a relação entre turismo e patrimônio no distrito rural de Lavras Novas. Especificamente, busca-se debater sobre a política patrimonial do município de Ouro Preto, elucidando os distritos locais; e discutir sobre as implicações do turismo no espaço rural, evidenciando o caso específico de Lavras Novas.

Desse modo, para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa foi desenvolvida a partir de uma análise qualitativa, descritiva e exploratória. Assim, foi realizado um levantamento bibliográfico e documental que permitiu construir a presente investigação e discussão de seus resultados. O trabalho foi estruturado em cinco partes, sendo elas: 1. Introdução; 2. Metodologia; 3. Desenvolvimento – que trata sobre questões acerca do patrimônio cultural, do turismo no espaço rural e as relações dessas no distrito de Lavras Novas; 4. Considerações Finais; 5. Referências bibliográficas.

2. Metodologia

Em referência aos procedimentos metodológicos, o trabalho foi fundamentado na perspectiva qualitativa e na ideia de que o conhecimento da realidade socioespacial exige um esforço de interpretação e compreensão do fenômeno estudado. Destarte, foi realizada uma pesquisa descritiva e exploratória (KÖCHE, 2011) que encaminhou-se por meio de técnicas de pesquisa bibliográfica e análise documental para efetivar a análise e a discussão dos resultados.

Com o intuito de alcançar os objetivos propostos, foram realizadas buscas em sites indexados e bibliotecas científicas online a partir de descritores específicos que auxiliaram na seleção dos trabalhos mais relevantes. Buscando aprofundar o conhecimento acerca das características que abarcam o objeto de investigação, o estudo foi construído a partir de dezenas de artigos científicos, trabalhos publicados em anais de eventos, capítulos de livros, dissertações e teses de doutorado. Procurou-se privilegiar pesquisas que buscavam estabelecer as relações entre geografia, turismo, patrimônio e espaço rural, além de trabalhos que estivessem vinculados às dinâmicas territoriais e às contradições socioespaciais inerentes à atividade turística no espaço rural do distrito de Lavras Novas.

3. Revisão de Literatura

3.1 Patrimonialização Cultural e Natural em Ouro Preto

Refletir sobre os distritos de Ouro Preto, especialmente no que se refere aos seus valores patrimoniais, significa compreender o município em sua totalidade, rompendo com uma visão parcial e fragmentada de cidade. Essa perspectiva analítica permite desconstruir as narrativas hegemônicas que reconhecem o valor patrimonial do município associado apenas ao seu centro histórico e ajuda redimensionar o olhar para as diversidades de “patrimônios” presentes no espaço rural.

De acordo com Costa (2009), através do tombamento inicial ocorrido em Ouro Preto, em 1938², promoveu-se uma visão distorcida de preservação patrimonial concentrada

² Ouro Preto foi a primeira cidade brasileira a receber a chancela das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO como Patrimônio Mundial da Humanidade. A consagração pela UNESCO ampliou o movimento iniciado décadas anteriores através do tombamento efetuado pelo Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Na década de 1930, em consonância com as ambições do Estado, o IPHAN elegeu

especialmente no centro histórico da cidade, sendo excluídos do processo todos os morros e distritos que também resguardavam importantes remanescentes materiais do século XVIII, período em que se constituíram os primeiros arraiais que deram origem a Vila Rica (elevada no século XIX a cidade imperial de Ouro Preto).

Quinze anos após os primeiros tombamentos ocorridos em Ouro Preto que os distritos foram incluídos na política patrimonial executada pelo IPHAN no município. A partir dos anos 2000, após criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto - COMPATRI, observa-se a implantação de uma política patrimonial de âmbito local que visou ampliar a valorização e a preservação dos bens de natureza material, incluindo, nesse processo, parte importante do patrimônio edificado situado nos distritos³.

Figura 1: Igreja Matriz de São Bartolomeu⁴



Fonte: Prefeitura Municipal de Ouro Preto

Cabe salientar que, no Brasil, o conceito de Patrimônio Cultural é amparado através da Constituição Federal de 1988, especificamente o art.º 216, que define como “[...] patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em

o município mineiro como a localidade a inaugurar o processo de institucionalização do patrimônio cultural no país, como referência simbólica de uma pretensa unidade nacional.

³ Para ter acesso à relação de bens patrimonializados na cidade consultar o *site* eletrônico da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Disponível em: <<https://ouopreto.mg.gov.br/static/arquivos/menus_areas/rela-o-de-bens-tombados-e-registrados-em-ouro-preto.pdf?dc=8098>> Acesso: 01/05/2022.

⁴ A povoação de São Bartolomeu remonta os primeiros anos do século XVIII, sendo sua igreja matriz uma das mais antigas de Minas Gerais.

conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 ampliou o conceito de patrimônio cultural, pois afirma expressamente que os bens imateriais, neles incluídos as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações artísticas e tecnológicas constituem patrimônio. Segundo Abreu (2007, p. 35), o registro dos bens de natureza imaterial (regulamentado a partir da promulgação do Decreto nº 3.551/2000) permitiu corrigir uma visão simplificada de patrimônio, abrindo “[...] a possibilidade para o surgimento de novos canais de expressão cultural e luta política para grupos da sociedade civil antes silenciados, que são detentores de práticas culturais imateriais locais e tidas como tradicionais”.

Em Ouro Preto, o registro como mecanismo de proteção do patrimônio imaterial foi instituído através do artigo 165 da Lei Orgânica Municipal e disciplinado pela Lei Nº 17 de 26 de abril de 2002, estabelecendo o Livro de Registro de Saberes e Celebrações (CARDOSO; FARIAS, 2020).

É importante pontuar que a política de registro de bens intangíveis no Brasil ainda é recente, repercutindo, dessa maneira, numa quantidade ainda pouco expressiva – perante a diversidade e riqueza cultural do país – de tradições e costumes reconhecidos oficialmente como patrimônio imaterial. Essa lógica também se reverbera no âmbito dos municípios, como, por exemplo, em Ouro Preto, que conta, atualmente, com apenas seis bens registrados como patrimônio cultural de natureza imaterial.

A lista de registro de bens culturais pertencentes à dimensão imaterial do município inclui as tradições e os costumes que foram perpetuados de geração em geração, abarcando tanto a sede quanto os distritos. Compõem a lista a tradicional produção de doces artesanais do distrito de São Bartolomeu, registrado como Patrimônio Imaterial em 2008, a Festa de Nossa Senhora dos Remédios do Fundão do Cintra, em 2009; as Cavalhadas do distrito de Amarantina, em 2013, a Celebrações do Divino Espírito Santo de São Bartolomeu, em 2015; e recentemente, em 2019, foi incluído o registro do Ofício de Bordadeiras e Rendeiras de Ouro Preto e a Festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia.

Figura 2: Celebrações do Divino Espírito Santo de São Bartolomeu



Fonte: Disponível em: <<<https://jornalvozativa.com/cultura/veja-em-fotos-de-ane-souz-como-foi-a-festa-de-sao-bartolomeu-distrito-de-ouro-preto-mg/>>>. Acesso: 17/05/2022.

Além dos valores culturais, o município de Ouro Preto também é abarcado por um valioso Patrimônio Natural composto por várias unidades de conservação. Assim, patrimônio cultural e natural constituem-se em um amálgama único quando se refere a totalidade do território ouro-pretano. Segundo Vieira (2016, p. 224),

[...] em 09 de setembro de 1988, o arquiteto Fernando Machado Leal encaminhou ao Diretor Regional do IPHAN, Dr. Cláudio Augusto Magalhães Alves, através da Circular Interna nº 039/88, o parecer técnico relativo à delimitação de perímetro de tombamento de Ouro Preto. Neste parecer, ele destacou a importância da preservação tanto do núcleo urbano, quanto da natureza que o emoldura, em função de sua significação histórica e importância para a proteção do meio-ambiente local.

Em Ouro Preto, o espaço rural dos distritos encontram-se conectados com a natureza, destacando-se a presença do Parque Estadual do Itacolomi, localizado em Lavras Novas, Santo Antônio do Salto e na sede; Área de Proteção Ambiental - APA Cachoeira das Andorinhas, em São Bartolomeu e na sede; Floresta Estadual Uaimii, em São Bartolomeu; Monumento Natural Municipal Gruta Nossa Senhora da Lapa, em Antônio Pereira; Parque Estadual de Ouro Branco, em Miguel Burnier; e Monumento Natural Itatiaia, em Rodrigo Silva, Santa Rita de Ouro Preto e Lavras Novas.

Diante da diversidade de “patrimônios” que confere singularidade ao território do município de Ouro Preto, os valores culturais e naturais inerentes à localidade – incluindo parte daqueles situados nos distritos – tornaram-se, a partir do novo processo de acumulação capitalista decorrente das transformações globais em curso desde as duas últimas décadas do

século XX, mais suscetíveis ao mercado turístico que, por sua vez, tende a conceber o lugar prioritariamente enquanto valor de troca. Assim, vale lembrar, conforme Almeida (1998, p. 427-428), que “[...] na atual *turistificação* do patrimônio, tanto o cultural quanto o natural, favorecem sua mercantilização (...) definido pelos interesses da lógica do mercado”.

Conforme o exposto acima, torna-se indispensável mobilizar um olhar crítico sobre a atividade turística, compreendendo a sua capacidade de transformações e impactos econômicos, ambientais, socioculturais e político-territoriais. Segundo Sancho-Pivoto; Alves e Dias (2020), empreender um o viés investigativo crítico é importante, pois, em muitos casos, o turismo acaba desempenhando o papel de mero reprodutor dos processos hegemônicos capitalistas, com privilégio claro de aspectos econômicos, de forma que a conservação e preservação do patrimônio cultural e natural passa a adquirir centralidade muito em função de seu valor primaz enquanto mercadoria.

3.2 Turismo no espaço rural

A reconfiguração do rural brasileiro intensificou o debate sobre o novo dinamismo associado a esse espaço. No âmbito acadêmico, esse novo contexto passou a ser denominado de “novas ruralidades”, como significado de um mundo rural mais dinâmico e multifuncional, caracterizado, dentre outros aspectos, pela expansão de novas atividades em que se inclui o turismo.

Segundo Pérez (2001), a partir do contexto das “novas ruralidades”, houve, gradualmente, um rompimento com o mito de que o rural apenas representa o atraso e o indesejável. Dessa forma, o processo unidirecional de dominação da cidade sobre o campo se transforma em um movimento mais interdependente na medida em que os espaços rurais são espaços incorporados paulatinamente a dimensão global.

La revalorización de lo rural forma parte de la búsqueda de la sociedad para encontrar salidas para los problemas originados del modo de vida de la modernidad post fordista, como el stress, la agitación, la falta de solidaridad, la mala alimentación y se suma, los problemas de orden ambiental, polución, contaminación sonora, transito, etc., abriendo nuevas oportunidades de empleo para quien vive en el campo (ROMERO, 2012, s.p).

Cordeiro (2008) acrescenta que o fenômeno de apropriação do espaço rural para fins turístico é, sem dúvida, uma das faces da nova ruralidade, de um resgate da natureza e de uma

nova busca de lugares singulares com identidade própria. Assim, pode-se compreender o turismo no espaço rural relacionado a um conjunto amplo de atrativos centrados nos aspectos do patrimônio, incluindo o material, imaterial e natural.

É importante pontuar que a redescoberta do rural e a sua apropriação pela atividade turística se tornou um fator significativo para se compreender uma nova forma de produção e consumo do espaço. Para Paiva e Vargas (2010), esse processo se insere na lógica de reprodução da acumulação capitalista, moldado consoante a atuação divergente e convergente de diversos agentes sociais. Esses autores também enfatizam que os principais agentes produtores do espaço turístico são: “Estado, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, os proprietários dos meios de produção e consumo, os residentes e os turistas”.

Em razão do novo dinamismo econômico atribuído ao espaço rural e por incluir, muitas vezes, interesses conflitantes por parte dos distintos agentes sociais, Pérez (2001) alerta sobre a necessidade de romper com as análises setoriais - que tratam o espaço rural como sinônimo de agrário - e de dar enfoque a um território considerando todas as atividades econômicas que se manifestam nesse espaço, incluindo o turismo e as contradições que emergem a partir dessa atividade.

Segundo Albuquerque (2020), Estado e o capital constituem-se como agentes hegemônicos da atividade turística, impondo suas territorialidades de forma mais avassaladora sobre as localidades.

O turismo aparece como uma atividade que é apropriada pelo capital, que surge como uma nova forma de reprodução. Ao mesmo tempo em que se reproduz o capital investido no turismo (re)produz o espaço. Esse momento de atuação do capital no espalho pelo turismo é dado pela construção de infraestrutura, de processos de revitalização, refuncionalização e reabilitação de áreas. Mas, para que isso ocorra, exige-se um processo dado ao longo do tempo e articulado com diversos agentes que produzem o espaço, entre eles aparece com mais destaque o papel do Estado (CASSEMIRO, 2019, p. 185).

Dessa maneira, a territorialização capitalista no espaço rural através do turismo induz não apenas a venda da paisagem e o consumo da mesma pela contemplação, mas o consumo e a reprodução do próprio espaço.

As ruralidades tornam-se mercadorias no avanço da urbanização no campo. A tentativa de utilizar as atividades de lazer, turismo, preservação ambiental, dentre outras, as quais buscam uma valorização do que é próprio do meio rural, mercantiliza

esse espaço. Não apenas as paisagens bucólicas do campo e outros bens materiais são consumidos por meio dessa mercantilização, como também os bens imateriais são colocados à disposição desse mercado. Assim, as chamadas novas ruralidades são, na verdade, formas de apropriação e de mercantilização das ruralidades (TEIXEIRA, 1998, p. 62)

A transformação do espaço rural em mercadoria, subtraem-se elementos que podem ser essenciais à preservação de valores simbólicos que os caracterizam e lhes dão sentido, ascendendo “[...] tendências de consumo de cultura material e imaterial, em especial relacionadas ao folclore, festas, gastronomia, artesanato, e à apropriação da paisagem e da natureza como produtos turísticos” (LIMA, 2020, p. 83). Evidenciam-se, assim, processos dialéticos sobre a produção do espaço rural, tais como valor de uso/troca, obra/produto.

Portanto, conceber o espaço rural apenas como produto, em consonância com os interesses dos agentes hegemônicos da atividade turística, prevalecendo a lógica do valor de troca em detrimento do valor de uso, revela as “renovadas ‘formas de realização do lucro’, bem como às novas formas de alienação e submissão do indivíduo ao plano da acumulação, bem como ao empobrecimento do humano, preso ao universo das coisas orientadoras das necessidades que se encontram travestidas em desejos saciados no plano do consumo” (CARLOS, 2020, p. 54) .

Ademais, a compreensão de uma sociedade cada vez mais acostumada e influenciada pelo consumismo exacerbado de bens e serviços permite tecer a reflexão se, realmente, a busca pela autenticidade, pelo diferente, pelo excitação e pela nostalgia ainda são condicionantes prioritários que movimentam o fluxo de turistas para o espaço rural (VERBOLE, 2002).

3.2.1 Turismo no espaço rural do distrito de Lavras Novas

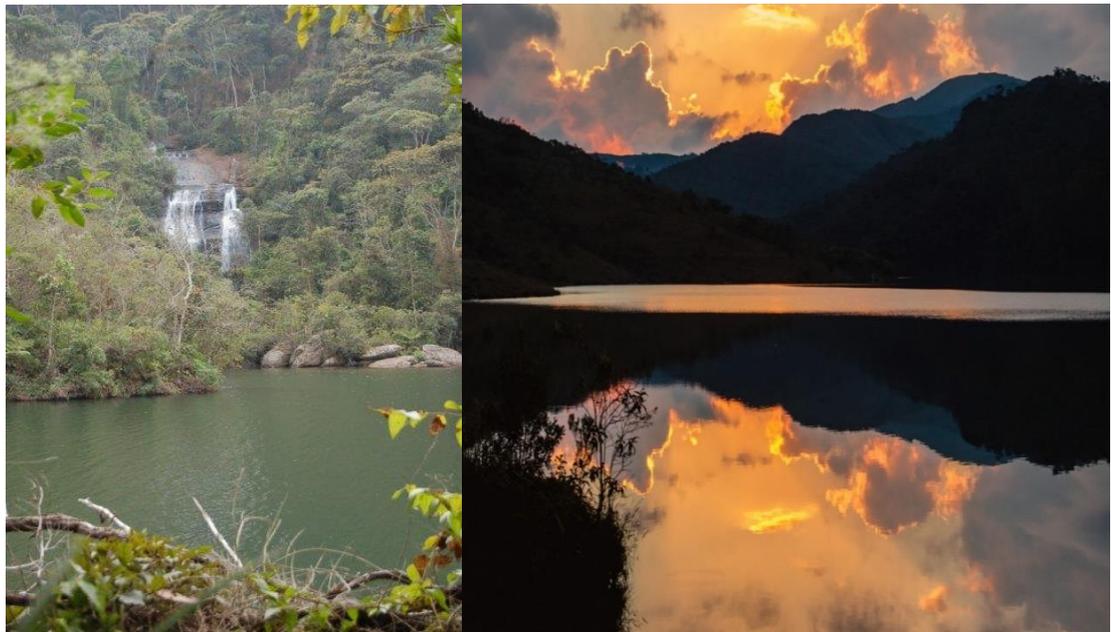
A atividade turística no distrito de Lavras Novas possui a sua gênese na década de 1980, porém Dutra e Laschefski (2013) afirmam que foi apenas na segunda metade da década de 1990 que o fluxo de capitais e visitantes intensificou na localidade, concomitante a revalorização do espaço rural enquanto lugar bucólico, de belezas naturais e de tradições seculares. Assim, conforme Silveira (2017), o turismo em Lavras Novas se relaciona diretamente ao seu patrimônio cultural, seja ele de perfil material, imaterial ou natural.

No que se refere ao patrimônio material da localidade, a Capela de Sant'Ana - situada no subdistrito da Chapada - é tombada a nível municipal. O tombamento desse fixo religioso vem permitindo resguardar parte importante da história local. Lavras Novas também abriga em seu núcleo histórico um importante conjunto arquitetônico colonial que, todavia, não recebeu a mesma atenção das políticas patrimoniais, com isso, suscitando, a partir do crescimento do turismo na localidade, em uma notória descaracterização.

De acordo com Rosvadoski, Gava e Deboça (2014), as tradições são mantidas em Lavras Novas e existem, muitas delas, fortemente vinculadas à identidade da comunidade, muito influenciada pelo aspecto da religiosidade. Mesmo ainda não sendo registradas como patrimônio imaterial do município de Ouro Preto, as festividades religiosas constituem-se como importantes tradições que vem se perpetuando de geração em geração. São tradicionais a festa da Padroeira Nossa Senhora dos Prazeres, às festas de São João e a Semana Santa com a Encomendação das Almas e o enterro dos Irmãos.

Em Lavras Novas, o patrimônio natural também é dotado de grande atratividade turística, destacando-se diversas cachoeiras, represa do Custódio, Parque Estadual do Itacolomi e as formações rochosas, como, por exemplo, serras e grutas (CORDEIRO, 2008).

Figura 03: Cachoeira Nossa Senhora dos Prazeres (à esquerda) e Bacia do Custódio (à direita) – distrito de Lavras Novas



Fonte: Disponível em: << <https://www.carumbe.com.br/lavras-novas/fotos/lavras-novas/>>>. Acesso: 17/05/2022.

Foi a partir de um contexto de revalorização do espaço rural, como um lugar de paisagens cênicas esplendorosas, de comunidades de gente simples e de cultura tradicional, de patrimônios culturais e de reservas naturais que o distrito de Lavras Novas foi descoberto enquanto destino turístico. O crescimento do turismo no distrito de Lavras Novas ocorreu concomitantemente a territorialização capitalista na localidade, culminando com uma acelerada transformação socioespacial e territorial, caracterizada, dentre outros aspectos, pela instalação indiscriminada de infraestrutura e serviços turístico.

Os empresários do setor turístico – sendo a grande maioria de origem exógena – se constituíram como agentes hegemônicos da atividade em Lavras Novas. De acordo com Cordeiro (2008, p. 15) “[...] essa classe dominante passou a fazer parte dos processos locais, integrando-se à comunidade existente e passando a ter influência na região, seja política, econômica, cultural e social, tendo condições de requerer melhorias para o distrito influenciando em parte no desenvolvimento turístico da região”.

A posição de hegemonia desempenhada pelo capital depende, sobretudo, de um leque de possibilidades de ação do Estado que inclui, entre outras: estabelecer o marco jurídico (leis, regras, normas, posturas) de produção e uso do espaço e produzir as condições de produção como vias de tráfego⁵, sistemas de energia, água e esgoto sanitário (CORRÊA, 2020). Ainda sobre o papel preponderante desempenhado pelo Estado na promoção da atividade turística, Cruz (2006, p. 338) acrescenta:

A implementação de obras voltadas a fluidez do território, bem com outras destinadas à melhoria de condições infra-estruturais básica dos lugares (abastecimento de água, energia elétrica, coleta e tratamento de esgoto e coleta e acondicionamento de resíduos sólidos) correspondem a algumas das ações estrategicamente emanadas do Estado [...] no sentido de desenvolver o turismo [...] **Tornar o território atrativo para o capital privado é o objetivo precípua dessas ações (grifos nossos).**

Os agentes capitalistas do turismo em Lavras Novas são representados por empresários do setor de hospedagem, alimentação e bebidas, entretenimento, dentre outros.

⁵ Um dos fatores que contribuiu substancialmente com o crescimento do turismo em Lavras Novas foi o asfaltamento da rodovia MG-129, que liga Ouro Preto a Ouro Branco, fazendo parte do acesso ao distrito. Este asfaltamento ocorreu em novembro de 2001. Em 2012 o asfaltamento se estendeu até a proximidade do distrito e, mais recentemente, em 2021, foi feita a obra que finalizou todo asfaltamento até a localidade.

Segundo Dutra e Laschefski (2013, p. 68), os agentes mais beneficiados pelo turismo em Lavras Novas são sujeitos que não pertencem ao lugar:

[...] já que oferecem uma infraestrutura mais sofisticada materializada, por exemplo, em luxuosas pousadas que contam com os mais variados serviços, em restaurantes que combinam o ambiente rústico com pratos sofisticados, em opções de lazer diferenciadas, como os passeios de quadriciclos. Os moradores nativos do distrito acabam não conseguindo acompanhar os “de fora” no ritmo de exploração da atividade, por meio de um caro incremento nos serviços fornecidos. Em consequência, tornam-se, frequentemente, funcionários dos estabelecimentos empreendidos pelos “de fora”.

Cordeiro (2008) afirma que o turismo é, atualmente, a principal alternativa econômica dos moradores. Todavia, cabe-se indagar qual é essa renda proveniente do turismo? A inserção do morador local na atividade turística é capaz de mudar a sua realidade, proporcionando condições mais dignas de vida?

Segundo Dutra e Laschefski (2013), apenas em algumas poucas exceções, por exemplo, os habitantes nativos são proprietários de estabelecimentos turísticos. Parte dos resultados de uma pesquisa realizada por esses autores demonstram que das cerca de quarenta pousadas identificadas na localidade, apenas quatro são de propriedade dos nativos. Assim, grande parte do lucro gerado pelo turismo é oriunda das atividades exercidas pelos agentes “de fora” e, portanto, não compõe a realidade da maioria dos moradores do distrito, configurando-se, assim, em uma atividade concentradora de renda.

Diante do processo desigual de distribuição de renda da atividade turística, pode-se considerar, conforme Rosvadoski, Gava e Deboça (2014), que Lavras Novas está sendo incluída em um processo de crescimento e não necessariamente desenvolvimento, pois grande parte dos recursos obtidos pela atividade turística são para proporcionar o aumento da riqueza dos grandes investidores de origem exógena. Assim, está sendo desenvolvido um processo em que a população local está ficando à margem ou com pouca capacidade de liderar os rumos da nova dinâmica econômica – que se avoluma e transforma a realidade local.

O debate entorno do desenvolvimento turístico quase sempre admite apenas os benefícios proporcionados, sendo, muitas vezes, as contradições oriundas dessa atividade negligenciadas. Dessa forma, além da desigualdade acerca da distribuição de renda do turismo em Lavras Novas, emergem-se outras contradições que merecem ser analisadas

com maior profundidade, já que os impactos socioculturais, ambientais e espaciais, provocados pela chamada indústria do lazer, têm acompanhado determinantes complexas que estão ligadas, principalmente, às alterações experimentadas por uma população quando há crescimento desenfreado do fluxo turístico. Estas regiões turísticas deparam-se com diversos fatores que modificam não apenas a cultura vigente, mas provocam também profundas reconfigurações espaciais em seu território (CORDEIRO, 2008, p. 13).

Dentre as mais impactantes consequências negativas do turismo em Lavras Novas está a descaracterização da paisagem, em vista do surgimento de construções que não seguem o padrão arquitetônico original. As reformas com a inserção de materiais contemporâneos e a ampliação das construções, visando especialmente atender às demandas turísticas, foram os elementos que mais contribuíram para mudança nas características arquitetônicas do patrimônio local (SILVEIRA, 2017). Com isso, segundo Cordeiro (2008), põe-se em risco um dos maiores atrativos do povoado, que é o casario tradicional composto por casinhas baixas de adobe e pau-a-pique, conferindo ao local um aspecto verdadeiramente aconchegante e peculiar.

Figura 4: Contradição entre o casario tradicional (na ilustração superior) e a presença de um edifício (onde abriga um espaço cultural) construído com referência na arquitetura em estilo medieval (na ilustração inferior).





Fonte: Antonio Carlos Teixeira

Segundo Rosvadoski, Gava e Deboça (2014, p. 2), “[...] faz-se necessário monitorar continuamente o fluxo turístico, pois este ao invés de preservar pode estar danificando não apenas o território como também a própria identidade da comunidade”. O crescimento acentuado da atividade turística em Lavras Novas condicionou uma rápida hibridação cultural na localidade, com a população jovem local, principalmente, sendo muito influenciada pelos hábitos e costumes trazidos pelos turistas.

O contato entre estas duas culturas – a local e a dos visitantes – está tendo efeitos desestruturadores na organização social local, pois está ocorrendo uma sobreposição de culturas, com perda da identidade local, pois esta população mais jovem considera a cultura dos “de fora” mais importante, incorporando-a em detrimento da sua (CORDEIRO, 2008, p. 17).

De acordo com Verbole (2002), a territorialização capitalista no espaço rural através do turismo propicia não apenas a mercantilização do patrimônio, mas também condiciona uma padronização através da realização de eventos que buscam atingir apenas objetivos mercadológicos sem possuir qualquer identificação com as tradições locais.

Em Lavras Novas, empresários do setor de turismo e eventos (externos à localidade) buscam aproveitar a imagem do distrito associada à ruralidade local, ao seu patrimônio cultural e natural, bem como a existência de boa infraestrutura turística (hospedagem, estabelecimentos de alimentos e bebidas, serviços de entretenimento) para realização de eventos musicais e gastronômicos sem nenhuma vinculação identitária com a comunidade e cultura local.

Situa-se, diante dessa realidade, outra contradição, pois as festividades que celebram a cultura local (a mesma que é propagada midiaticamente como elemento de revalorização do

espaço rural) acabam ficando sotoposto a outros tipos de eventos de cunho unicamente mercadológico. Assim, para manter sua cultura e tradições, o habitante local, muitas vezes, desenvolve uma estratégia de ‘ensimesmamento’, fechando-se cada vez mais em seu próprio grupo⁶ (CASTRIOTA, 2003).

A realização desses acontecimentos, assim como a prática do turismo em geral no distrito, vem acentuando processos de segregação socioespacial, uma vez que ampliam-se a seletividade, a exclusão e a fragmentação no uso do território, acessíveis apenas mediante o poder de compra de determinados grupos, muitas vezes expulsando e segregando o morador local, pois o consumo dos bens e serviços ofertados é destinado a quem possui capacidade de consumo e renda mais elevado (FERREIRA, 2020).

Ademais, em fins de semana, feriados prolongados e em datas de realização de eventos, quando o distrito recebe um fluxo turístico significativo, acaba somando as transformações culturais, com a exploração desmedida do turismo, problemas ambientais como poluição, barulho, falta de alguns serviços sanitários, aumento do lixo deixado nas vias públicas, etc (DUTRA; LASCHEFSKI, 2013).

Todos esses impactos vistos pela atividade turística, reafirmam claramente algumas das maiores contradições do capital, o qual destrói no lugar aquilo que mantém sua acumulação. Assim, em Lavras Novas, assim como em inúmeras outras localidades em que há uma territorialização do turismo sob a égide da acumulação capitalista, vem sendo se reproduzindo no espaço rural as mazelas urbanas, aspecto comum do cotidiano das cidades, das quais tenta escapar o turista.

4. Considerações finais

Hodiernamente, tornou-se impossível não reconhecer a centralidade que o patrimônio assumiu na sociedade contemporânea. As formas como o passado é lembrado e representado, tanto no âmbito oficial quanto no popular, permeiam as agendas oficiais dos municípios turísticos, as temáticas de pesquisas acadêmicas e as preocupações das populações afetadas

⁶ Como alternativa, em diversos casos, tem sido comum a ocorrência de um movimento dos agentes sociais locais para tornar o lugar atrativo para o turismo, onde antigas práticas culturais, patrimônios imateriais que davam coesão às organizações sociais pretéritas são recontextualizadas – muitas vezes em forma de simulacros – e trazido à luz do olhar do turista (RIBEIRO, FERNANDES, 2019).

diretamente pelo fluxo turístico patrimonial. O patrimônio cultural é uma manifestação intrinsecamente espacial, dotado de valores culturais, simbólicos e econômicos, que atestam o mesmo como um campo de conflito social. A multiplicação de seus usos e sentidos acabam por ampliar suas finalidades, dando origem a confrontos entre diferentes grupos sociais e seus interesses.

Tomando como base os argumentos expostos, a ruralidade existente em Lavras Novas é uma ferramenta analítica para compreender a valoração patrimonial da localidade, assim como as transformações rurais contemporâneas. A conversão do rural e do patrimonial em produtos turísticos e espaços de consumo têm gerado inúmeros impactos negativos no distrito, alavancados pelo papel secundário que a população autóctone exerce dentro dos processos de planejamento e gestão do turismo. O fomento de um turismo cooperativo e ligado às atividades tradicionais da região ainda é precário. O que restringe os possíveis benefícios da visitação turística na infraestrutura, equipamentos culturais, transporte, saúde, educação e lazer do lugar.

À vista disso, deve-se compreender o turismo como fenômeno social que possui papel central na produção e organização do espaço. O seu vínculo com o patrimônio cultural, intimamente ligado à construção de significados e identidades, transpõe a incompatibilidade que algumas formas de consumo possuem com a preservação dos bens culturais. Nesse sentido, o que se espera é a elaboração de um turismo cultural voltado para a criação de um ciclo virtuoso de valorização do patrimônio e do cotidiano de Lavras Novas. Fundamentado, sobretudo, na conscientização da comunidade das problemáticas associadas ao turismo, na busca por conhecimentos que efetivem uma participação ativa, na aquisição de competências e capacidades para auxiliar no planejamento público e privado do turismo e, por fim, num efetivo envolvimento cidadão no sistema turístico.

5. Referências

ABREU, M. Cultura imaterial e patrimônio histórico nacional. In: SOIBERT, R; GONTIJO, R. (Org.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 351-370.

ALBUQUERQUE, E. A. A. O fenômeno do turismo à luz da Geografia. In: DA SILVA FERNANDES, U; RIBEIRO, M. A. In: RIBEIRO, M. A; FERNANDES, U. da S. (Orgs.). **Geografia e Turismo**: Reflexões Interdisciplinares. 1.ed. Curitiba: Editora Appris, 2020, p. 49-58.

ALMEIDA, M. G. Cultura: invenção e construção do objeto turístico. Espaço Aberto 3 – Turismo e Formação Profissional. **AGB – Seção Fortaleza**, 1998, p. 17-33.

ALMEIDA, M. G. O patrimônio festivo e a reinvenção da ruralidade e territórios emergentes de turismo no espaço rural. In: SOUZA, M; ELESBÃO, I. (Orgs.) **Turismo Rural: iniciativas e inovações**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011, p.243-263.

CARDOSO. V. A. da S; FARIAS, R. de C. P. Patrimonialização das tradições gastronômicas de São Bartolomeu, Minas Gerais, como fomento ao turismo e à identidade cultural. **Patrimônio e Memória**. v. 16, n. 2, p. 313-342, 2020.

CARLOS, A. F. A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A, F, A; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.) **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1.ed. São Paulo, Contexto, 2020, p. 53-73.

CORDEIRO, E. D. O turismo como fomentador da configuração espacial do município de Ouro Preto: o novo distrito de Lavras Novas. **CULTUR-Revista de Cultura e Turismo**, v. 2, n. 2, 2008.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A, F, A; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.) **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1.ed. São Paulo, Contexto, 2020, p. 41-51.

CASSEMIRO, R. F. A (re)produção capitalista no turismo: o processo de mercantilização da paisagem e a (re)produção do espaço. In: RIBEIRO, M. A; FERNANDES, U. da S. (Orgs.). **Geografia e Turismo: reflexões interdisciplinares**. 1.ed. Curitiba: Editora Appris, 2019, p. 185-196.

COSTA, E. B. da. **A dialética da construção destrutiva da consagração do patrimônio mundial: o caso de Diamantina (MG)**. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana / USP. Dissertação de Mestrado, 2009.

COSTA DA SILVA, C. H. O. O Turismo e a Produção do Espaço: Perfil Geográfico de uma Prática Socioespacial. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 16, n. 2, p. 47-61.

CRUZ, R. de C. A. da. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, A. I. G; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.) **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: Clacso, 2006.

CASTRIOTA, L. B. Nas encruzilhadas do desenvolvimento: a trajetória da preservação do patrimônio em Ouro Preto. In: **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: C/Arte, p. 186-206, 2003.

DUTRA, C. A.; LASCHEFSKI, K. A. Representações do turismo em Lavras Novas: potencial de geração de conflitos ambientais. **Revista Geografias**, p. 55-69, 2013.

FERREIRA, T. Estratégias de inserção no circuito das cidades globais – turistificação das paisagens do Patrimônio Histórico e Cultura. In. RIBEIRO, M. A.; FERNANDES, U. da S. (orgs.). **Geografia e Turismo: Reflexões Interdisciplinares**. Curitiba: Editora Appris, 2020, p. 209-220.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LIMA, V. **Turismo Rural no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia / UERJ, Tese de Doutorado, 2020.

MEDEIROS, R. M. V. Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. **Dinâmicas do espaço agrário: velhos e novos territórios**. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p.179-189.

PAIVA, R A; VARGAS, H. C. Os agentes produtores e consumidores do "Espaço Turístico". **CinCci-Colóquio Internacional sobre comércio e cidade: Uma relação de origem**, III. Heliana C. Vargas (Org.). São Paulo, v. 8, 2010.

PÉREZ, E. Hacia una nueva visión de lo rural. **Una nueva ruralidad en América Latina?** v. 3, n. 2, p. 17-29, 2001.

RIBEIRO, M. A; FERNANDES, U. da S. (orgs.). **Geografia e Turismo: Reflexões Interdisciplinares**. Curitiba: Editora Appris, 2020.

ROMERO, J. Lo rural y la ruralidad en América Latina: categorías conceptuales en debate. **Psicoperspectivas**, v. 11, n. 1, p. 8-31, 2012

ROSVADOSKI, S. P; GAVA, R; DEBOÇÃ, L. P. Manifestações da identidade em processos de alterações locais: o caso do distrito de Lavras Novas, Ouro Preto (MG). **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p.49-67, 2014.

RUSCHMANN, D. V. de M. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M; FROEHLICH, J. M. (orgs). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

SANCHO-PIVOTO, A; ALVES, A. F; DIAS, V. N. Efeitos e transformações gerados pelo turismo no contexto territorial do parque estadual do Ibitipoca, Minas Gerais, Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 14, p. 46-63, 2020.

SILVA, da M. R. “O Turismo e a Produção do Espaço”. In: **XII ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA** “Caminando en una América Latina en transformación”. Vol. 1, p. 1-14, Montevideo, Uruguay.

SILVEIRA, A. A. **Desenvolvimento socioeconômico e a gestão do patrimônio cultural em Lavras Novas: entre ações pró-turismo e políticas públicas.** Viçosa: Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania/UFV. Dissertação de Mestrado, 2017.

TEIXEIRA, M. A. Os estudos rurais estão em crise? In: **Encontro Nacional de Geografia Agrária.** Anais. UNESP/Presidente Prudente, v.2, p. 52, 1998.

TRIGO, L. G. G. **Turismo e qualidade: Tendências contemporâneas.** Campinas, SP: Coleção Turismo. Papirus, 1993. 121p.

VARAJÃO, G. F. D. C; DINIZ, A. M. A. Turismo, produção do espaço e urbanização: evolução do uso e ocupação do solo de Lavras Novas, Ouro Preto-MG. **Caderno de Geografia**, v. 24, n. 42, p. 73-89, 2014.

VERBOLE, A. A busca pelo imaginário rural. In: RIEDL, M; ALMEIDA, J. A; VIANA, A. L. B. (Org.). **Turismo Rural: tendências e sustentabilidade.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

VIEIRA, L. de C. **O colonial como marca: aspectos da evolução urbana de Ouro Preto.** São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana / USP. Tese de Doutorado, 2016.